

ALGUMAS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DOS APORTES ELIASIANO

Giselle Lemos Schmidel Kautsky
Edson Pantaleão Alves – Ufes

Resumo: Este artigo resulta da pesquisa qualitativa que objetivou analisar a percepção sobre a inclusão escolar dos professores matriculados no curso de Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva, ofertado em 2015 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. A pergunta inicial que nos motivou à investigação foi: Quais são os sentidos que os professores atribuem ao movimento de escolarização na escola comum, dos estudantes público-alvo da Educação Especial? Os dados que nos ajudaram a conhecer a percepção dos profissionais, foram coletados, inicialmente, com a análise do formulário individual de inscrição e, também a partir da análise das respostas da avaliação escrita feita pelos professores para ingresso no curso, que nos propiciou construir as categorias para a verificação da percepção sobre inclusão escolar do estudante público-alvo da Educação Especial. Como pressuposto teórico para as análises tomamos alguns conceitos eliasianos da Sociologia Figuracional, em especial, o processo civilizador, figuração e habitus. Os dados evidenciaram a compreensão dos professores de que o público recebido pela escola comum em nosso contexto, exige uma prática pedagógica para além daquela conhecida nos cursos de graduação em Pedagogia e, nessa figuração, nos indicam que há necessidade de ampliar os conhecimentos profissionais para atender a demanda de escolarização. As análises nos aproximaram da ideia de que um profissional alinhado com a filosofia da perspectiva de educação inclusiva, investe nas práticas intencionais cotidianas, de modo a atender às exigências deste momento histórico no trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Educação Especial, Formação continuada, Sociologia Figuracional.

Introdução

Neste artigo compreendemos a ideia de espaço escolar a partir do conceito de figuração¹, como um *locus* que vem historicamente constituindo um movimento educativo que influencia a construção teórica e metodológica dos profissionais que compõe a instituição. No entanto, inferimos que não podemos perceber a

¹ É importante destacar que fazemos o uso do termo “figuração” conforme elaborado por Elias. Nesse sentido, figuração nos remete às características de cada sociedade, sem enquadrá-la em um modelo hegemônico e homogêneo, mas sim móvel, que vai se complexificando com o passar dos tempos, a partir das tensões e do equilíbrio de poder entre indivíduos e grupos nessas figurações.

escola como um espaço independente do processo histórico-cultural das sociedades, visto que, como qualquer figuração, ela é constituída pela organização das interações sociais dos indivíduos que nela atuam.

Desse modo, os valores atribuídos ao processo de inclusão escolar na atualidade não estão desvinculados do movimento histórico da educação especial, assim como, os sentidos atribuídos à presença do estudante público-alvo da educação especial na escola regular comum não têm um mesmo significado para todos os profissionais que dela fazem parte, em função da singularidade social e cultural da rede de profissionais de uma escola.

Entendemos que via de regra, no discurso social, a ideia de inclusão restringe-se somente aos espaços da instituição educativa, Bueno (2008), aponta que devido à significativa popularidade da inclusão escolar, o tema tem sido discutido como se fosse um único fenômeno, bem compreendido por todos e constituído de um único significado. Todavia, “[...] a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social.” [...] Não há identidade-eu sem identidade-nós” (ELIAS, 1994, p. 124) e, a partir desse pressuposto eliasiano, percebemos que mesmo que os documentos legais organizem a inclusão escolar como um manual a ser seguido, no cotidiano da escola, o praticado estará vinculado ao enredamento constituído pela trajetória vivida por cada indivíduo.

Deste modo, pensar a figuração escolar a partir da perspectiva inclusiva requer uma reflexão acerca do projeto segregacionista histórico no qual ela está inserida. É fato que já avançamos muito, principalmente em relação à inclusão dos estudantes, no entanto, a prática pedagógica, em muito, ainda reproduz um modelo educacional de exclusão, com uma valorização da descrição da deficiência de um indivíduo e não a necessidade educacional do mesmo. A superação dessa prática pressupõe, além do acesso e permanência, medidas para possibilitar o direito a escolarização.

Nesse sentido, vemos a formação de professores na perspectiva da inclusão escolar como uma das temáticas centrais no contexto atual. Acreditamos que,

mesmo na impossibilidade da reprodução dos atos civilizatórios² no dia-a-dia da sala de aula como um manual seguido criteriosamente, a figuração escolar é influenciada pelo movimento desenvolvido a partir dos atos. Dentre os processos com o propósito de inclusão do público-alvo da Educação Especial, vemos apontar a necessidade e urgência do desenvolvimento de formação continuada para os profissionais da escola, principalmente para os professores.

Para tanto, exemplificamos o curso de especialização presencial em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva, organizado pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Esse curso foi realizado em convênio com o Ministério da Educação (MEC) via Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), no âmbito dos Planos de Ações Articuladas (PAR) e conforme Resolução N. 11/2010 – CEPE/UFES.

São sujeitos da nossa pesquisa, os professores que se inscreveram na especialização em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva. Sendo assim, nesse artigo apresentaremos a percepção dos profissionais, atuantes em escolas da Região Metropolitana Grande Vitória, que buscaram a especialização em Educação Especial na perspectiva da inclusão. Nosso objetivo foi conhecer, a partir das construções subjetivas de cada docente: qual nomenclatura usa para designar o estudante com deficiência? Há possibilidade de um processo de aprendizagem nos estudantes público-alvo da Educação Especial com os quais trabalham? Como deve ser o movimento de avaliação desses estudantes?

Referencial Teórico

O percurso da reflexão segue trazendo, primeiramente, alguns conceitos eliasianos como: processo civilizador, figuração e habitus, úteis para a compreensão das atitudes e ações de grupos sociais envolvidos com a Educação Especial no Brasil.

² Ato civilizador é visto neste artigo como política nacional, local e institucional que regulamenta a prática de inclusão escolar.

Norbert Elias é alemão, nascido, em 1897 na cidade de Breslau (atual Wrocław). Formulador da teoria do processo civilizador, na qual infere que a “civilização” europeia teria surgido pela interiorização das limitações e autocontrole dos impulsos, sob o efeito das transformações provocadas pela formação do Estado moderno da curialização³ das elites.

Norbert Elias concebeu um modelo sociológico geral para abordagem e processos de longa duração, onde o conceito de figuração e o conceito de processo formam o núcleo da abordagem, com o objetivo é trazer à tona o movimento intrínseco às relações sociais em seu desenvolvimento histórico. Esses conceitos servem como ferramentas de análise, pois incorporam uma concepção de relação social que vai além dos antagonismos entre indivíduo e sociedade (ELIAS,1990).

De acordo com Landini (2003), sua sociologia processual se resume em quatro princípios: “sociologia diz respeito à pessoa no plural (figurações); as figurações formadas pelas pessoas estão continuamente em fluxo; os desenvolvimentos de longo prazo são, em grande medida, não planejados e não previsíveis; o desenvolvimento do saber dá-se dentro das figurações, e torna-se um dos aspectos importantes do desenvolvimento”.

Elias (1994) compreende civilização como um processo das relações sociais entre indivíduos e instituições. Como um processo que tem uma direção (não única, pois isso depende da figuração social que se estabeleceu ao longo da história da sociedade). A civilização não é um bem que uma vez adquirido permanece inalterado. Ela é um processo típico e tem uma forma específica de sociedade para sociedade. Daí a afirmação segundo a qual a teoria da figuração respeita as características de cada sociedade, não tenta enquadrá-las em um modelo hegemônico, mas sim móvel, que vai se complexificando com o passar dos tempos.

O conceito de figuração e o conceito de processo formam o núcleo da abordagem eliasiana, cujo objetivo é explicitar o movimento intrínseco às

³ Processo que descreve o surgimento do fenômeno de corte em que o rei era rodeado por vassallos. Nasce a estilização da vida, com maneirismo, que se traduz na moda, na maneira de comer e na maneira de se relacionar com o outro. Surgem os manuais de boas maneiras sociais.

relações sociais em seu desenvolvimento histórico. Estes conceitos servem como ferramentas de análise, pois incorporam uma concepção de relação social que vai além dos antagonismos conhecidos entre as relações de indivíduo e sociedade. Para Elias (1990, p. 249),

[...] o conceito de figuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de “sociedade” que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um “sistema” ou “totalidade” para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada.

Por figuração⁴ podemos entender desde as mais simples associações, como a família ou uma associação de moradores, até os agrupamentos mais complexos, como o Estado ou a união de vários Estados. Elias (1990, p.13,14) nos proporciona pensar que este conceito trata dos seres humanos em sua formação, nos fazendo refletir que estamos sempre lidando com a noção de indivíduo dentro de uma reflexão mais ampla que é a relação entre indivíduo e sua rede de relações. Dessa forma,

[...] não é muito proveitoso se compreender como imagem dos homens a imagem dos homens singulares. É mais adequado quando se representa como imagem de vários homens interdependentes que formam figurações entre si, portanto grupos ou sociedades de tipo variado (ELIAS, 1990, p.117,118).

Elias (1990, p.117) advoga que [...] o entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências [...] são como uma cadeia ininterrupta de ações que associam os indivíduos em uma trama complexa de relações que as ligam a diversos grupos os quais, por sua vez, podem ser interdependentes ou não. Sendo assim [...] a sociedade é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos. (ELIAS, 1990, p.118).

Apresentamos alguns princípios teóricos da Sociologia Figuracional, para inferir que acreditamos que a modalidade da Educação Especial, em toda a sua diversidade, possa ser compreendida como uma figuração, uma rede de inter-relações nas quais as tensões vão se construindo historicamente nas teias de

⁴ Figuração e configuração são conceitos sinônimos nesta teoria. As duas palavras acontecem no Brasil em função das traduções da língua alemã, escrita das obras originais de Norbert Elias.

interdependência entre movimentos sociais globais, políticas públicas locais, escolas e professores. Para tanto, nos apoiamos na perspectiva de Elias (1994, p. 43), quando advoga que os seres humanos criam uma

[...] vinculação entre seus desejos e comportamentos e dos das outras pessoas, dos vivos e dos mortos e até, em certo sentido, dos que ainda não nasceram – em suma, sua dependência dos outros e a dependência que os outros têm dele, as funções dos outros para ele e suas funções para os outros.

Ressalta Elias (1994, p. 150) que “[...] cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros e sua sociedade.” A essa composição específica ou características comuns, condutas que parecem naturais aos membros de um grupo, porém mutáveis e sujeitas a processos de mudança, o autor denomina de *habitus*⁵, que podemos entender como sendo as respostas individuais padronizadas para determinadas situações sociais.

No Volume I de “O Processo Civilizador”, Elias nos apresenta o fato que a busca por padrões de comportamento tornava-se cada vez constante na sociedade europeia ocidental entre os séculos XIII-XVIII. Vemos nessa obra a constante preocupação da referida sociedade com os *habitus* de escarrar, com os costumes à mesa, com as manifestações de agressividade, dentre outras, que foi estendida a inúmeras gerações ao longo do tempo numa determinada direção (de vergonha e constrangimento), distinguindo um grupo social e, posteriormente o indivíduo, de outros segmentos e de pessoas.

Com as ideias do Volume I de “O Processo Civilizador”, percebemos a discussão da estigmatização social dentro de uma visão daqueles que mostram desprezo pelas outras pessoas (vergonha, repugnância) como se fossem menos capazes, por não atenderem a uma norma comportamental social pré-estabelecida como a única, a correta. Ao trazermos a teoria para pensar na atualidade, um estudante com deficiência na escola, com comportamento diferente daquele estabelecido como modelo correto também será discriminado, caso os professores não estejam suficientemente capacitados

⁵ Para Elias, o conceito de *habitus* social pode ser compreendido como uma “segunda natureza”, ou ainda, como um automatismo humano que se desenvolve num constante movimento, onde os controles sociais são lentamente condicionados e incorporados pelos indivíduos desde a tenra idade, por meio da aprendizagem de um autocontrole, em função da regulação social.

para poder trabalhar inclusivamente e ensinar, independentemente das diferenças das condições físicas, cognitivas. Nesse sentido, reforçamos que a inclusão não deve ser repensada só na legislação, exige mudanças práticas, culturais e sociais que requerem outro posicionamento frente ao estudante público-alvo da educação especial. Requer uma nova figuração nas instituições de educação e na sociedade, de modo a ir constituindo um novo *habitus* social.

Diante dessas reflexões, consideramos que os estudantes com deficiências, assim como os demais, evidenciam a necessidade de serem percebidos nas suas diferenças e há necessidade de um trabalho em função das possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem, da singularidade inerente ao ser humano. Nesse sentido, a busca pela semelhança pode oferecer uma falsa segurança no estabelecimento de nossas relações e em nossas práticas profissionais. Fazemos essa observação, compreendendo as nossas sociedades como complexas, onde as relações também se tornam complexas em função das interdependências entre os indivíduos, pois cada um faz parte de uma multiplicidade de pessoas que dependem umas das outras, ligadas por laços de afeto, cultural, dentre outros, que acabam estabelecendo um a conduta, um modo de comportamento nas relações.

Ao analisar o processo social que se instala na sociedade, Norbert Elias (1990) traz para reflexão a análise sociológica, a constituição e às relações sociais existentes no processo social e parece nos colocar a seguinte provocação: vamos olhar para os fenômenos pela ótica dos conceitos em construção que não dão conta da problemática, em razão da complexidade dos fenômenos.

Foi na perspectiva dos conceitos em construção, que analisamos os documentos produzidos pelos sujeitos da nossa pesquisa, com o intuito de conhecer a percepção que os professores constituíram em relação ao movimento de escolarização para os estudantes público-alvo da Educação Especial, a partir da escola comum em que atuavam.

Metodologia da investigação

Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa ocorrida entre os meses de setembro a dezembro de 2014. Como procedimento para a coleta

de dados, utilizamos a técnica de análise documental dos itens que faziam parte da seleção, quais sejam: ficha de inscrição dos professores e a avaliação escrita, com o objetivo de conhecer as percepções que os professores inscritos no curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva, tinham sobre temas relevantes para a escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados na escola comum.

Para a interpretação dos dados, buscamos de forma geral, a análise de conteúdo, construindo categorias que melhor retratassem o processo analisado pela via dos documentos e a partir das questões orientadoras para a elaboração do texto da avaliação escrita pelos professores.

Iniciamos nossa busca com o objetivo de conhecer como o estudantes público-alvo da Educação Especial na figuração escolar inclusiva é percebido pelos professores participantes do curso. Para tanto, procuramos olhar de forma individual nos registros documentais, qual era a terminologia usada para designar o estudante, possibilidade de aprendizagem escolar e avaliação das aprendizagens e desenvolvimento desses estudantes, cujo resultado apresentamos a seguir.

Terminologia usada para designar o estudante público-alvo da educação especial: as subjetividades no discurso

Iniciamos pela busca de terminologias usadas pelos professores ao se referir aos estudantes público-alvo da educação especial, pois acreditamos que isso pode revelar um pouco sobre a concepção que se denota a esses indivíduos. Para tanto, consideramos que em cada período do processo civilizador, usaram-se terminologias que atendiam a determinadas tensões em diferentes figurações sociais. Porém, dado seu forte caráter classificatório da normalidade, os usos das terminologias não desaparecem de maneira linear.

Conforme aponta Elias (2006), os atos civilizadores não alcançam de uma só vez, o desenvolvimento social humano, porque os ritmos são diferentes. Assim as condutas dentro da figuração escolar, muitas vezes, estão em descompasso com o propósito do momento histórico em que vivemos; os indivíduos não

mudam seus comportamentos, seus modos de olhar pois estão enredados a muitas outras figurações. Talvez daí, decorra o fato do uso de terminologias diferenciadas para fazer referência ao estudante público-alvo da Educação Especial, conforme orientação legal recente, conforme verificamos na sistematização seguinte.

Na tabela 1, observamos que são usadas diferentes terminologias, referentes a vários momentos históricos do processo civilizador, no entanto, conforme nos mostram os dados, a maioria dos professores usa o termo defendido na atual figuração: deficiências, transtornos globais e altas habilidades.

Tabela 1 - Terminologia usada pelos professores participantes da pesquisa para se referir ao estudante público-alvo da Educação Especial

TERMINOLOGIA	MUNIC. 1	MUNIC. 2	MUNIC. 3	MUNIC. 4	MUNIC. 5	CITAÇÕES
Deficiências, transtornos globais e altas habilidades	01	---	03	---	03	07
Portador de deficiência	---	---	01	---	---	01
Aluno especial	01	---	---	01	---	02
Criança com necessidades educativas especiais	01	---	---	01	---	02
Aluno/ estudante público alvo da Ed. Especial,	01	01	---	01	---	03
Aluno com deficiência	---	---	---	01	01	02
Aluno do AEE	---	---	---	01	---	01
Não fizeram referência	02	01	---	---	---	03
TOTAL						21

Fonte: Avaliação escrita dos professores.

A definição das terminologias resulta de uma série de fatores interdependentes como o meio sociocultural e o conjunto de conhecimento científico acumulado. Desse modo, para entender o conceito individual sobre o desenvolvimento a respeito da pessoa com deficiência, é necessário que se tome em consideração, simultaneamente, a figuração social na qual foram produzidos. A esse respeito vale considerar as indicações de Elias (2011, p. 26). Segundo o autor,

[...] Os termos morrem aos poucos, quando as funções e experiências na vida concreta da sociedade deixam de se vincular a eles. Em outras ocasiões, eles apenas adormecem, ou o fazem em certos

aspectos, e adquirem um novo valor existencial com uma nova situação.

A percepção da pessoa com deficiência é significativa para compreender o discurso dos professores participantes desta pesquisa. As formulações que nomeiam a pessoa deficiente no discurso legal podem produzir subjetivações negativas na figuração escolar, com posicionamentos que remetem à exclusão e expectativas às vezes negativas ou também positivas, a depender da filosofia a respeito do indivíduo da Educação Especial em uma determinada figuração. Conforme Elias (1990, p. 249)

[...] Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderia [sic] nos arriscar a dizer, apenas como pluralidade, apenas como configurações.

Entendemos que os discursos produzidos pelos professores não são originais, embora eles não se deem conta disso, acabam fazendo ações afirmativas que dão legitimidade aos discursos daqueles que fazem as leis; os discursos nos mostram isso. A interlocução com o paradigma imposto, repetido no interior da escola acaba sendo naturalizado, incorporado ao habitus do professor, pela ação de interdependência entre o individual e o social, no processo de civilização.

Aponta Elias (2006, p. 204), “[...] a interdependência dos atos de vontade e planos de muitos seres humanos resultam estruturas e processos que não foram desejados ou planejados por nenhum daqueles envolvidos” no processo civilizatório de qualquer forma específica de sociedade. Cabe ressaltar que a teoria da figuração respeita as características de cada sociedade, não tenta enquadrá-las em um modelo hegemônico, mas sim móvel, que vai se complexificando com o passar dos tempos, a partir das tensões e o equilíbrio de poder entre indivíduos e grupos nessas figurações.

Em análise, cumpre esclarecer que a Sociologia Figuracional compreende civilização como um processo das relações sociais entre indivíduos e instituições. Como um processo que tem uma direção, porém não única, pois isso depende da figuração social que se estabeleceu ao longo da história da

sociedade. Em nossa organização social recente, vivemos o momento da legalização dos direitos de todas as pessoas à escolarização. Considerando o contexto social atual, procuramos conhecer como os professores percebem a possibilidade de aprendizagem do estudante público-alvo da Educação Especial, matriculado na escola comum, conforme apresentamos a seguir.

A percepção do processo de aprendizagem, o estudante da educação especial e a figuração da escola comum

Por figuração podemos entender desde os mais simples grupos sociais, como a família ou uma associação de moradores, até os agrupamentos mais complexos, como o Estado ou a união de vários Estados. Elias (1990) nos proporciona pensar que este conceito trata dos seres humanos em sua formação. Trata-se de uma ideia que está intimamente ligada ao conceito de interdependência e nos ajuda compreender que não existe dicotomia entre indivíduo/sociedade.

Para Norbert Elias (1994) cada grupo social (figuração) nos influencia com relação a nossa aprendizagem. Nesse sentido, nossos conhecimentos nunca vêm de um único lugar, porque todos os grupos sociais estão em interdependência. Os valores do indivíduo serão formados de acordo com a família, a escola, o contexto social que esse indivíduo convive. Em cada um dos grupos o indivíduo, em interdependência, terá aprendizagens que levará a outros grupos que também convive, porque “cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente” (Elias,1994, p. 21), formando uma sociedade, com condutas sociais padronizadas mas, também, com as singularidades individuais que por vezes, escapam a similaridade subjetivamente estabelecida em uma cultura.

Com esse entendimento, ao sistematizarmos os dados da tabela 2, percebemos, uma discordância entre as opiniões dos professores no que diz respeito a aprendizagem dos estudantes com deficiência, no modo como esses estudantes aprendem. Essa discordância, revela o modo de pensar de cada

professor, constituído a partir das variadas interdependências que formaram as figurações das quais se originaram, conforme averiguaremos a seguir.

Tabela 2 - Aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial

PROCESSO DE APRENDIZAGEM	CITAÇÕES
Acontece de forma deficitária pela falta de parceria dos professores da sala regular.	1
Processo diferenciado dos outros estudantes.	1
É possível com a devida intervenção do AEE e professor da sala regular.	1
Com base na organização dos conhecimentos prévios e no diagnóstico clínico.	2
Deve levar em conta todo o desenvolvimento do aluno para aumentar a sua autonomia.	1
São dificultados pela falta de metodologia inadequada aos estudantes da educação especial.	1
Quando é acompanhado de perto, o aluno pode desenvolver-se sempre mais.	2
Quando tem a parceria entre AEE e professor da sala regular.	2
A ênfase nas atividades da vida diária dificulta a aprendizagem dos conteúdos escolares.	1
Acontece quando o aluno está na sala de aula regular.	1
Acontece quando bem acompanhado pelos professores: regular e AEE.	1
Só acontece quando o professor tem preparo para o trabalho com aluno AEE.	1
É possível com a devida intervenção do AEE e professor da sala regular.	3
Acontece com atividades que são adaptadas.	2
Acontece quando há amor e aceitação da inclusão do estudante AEE.	1
TOTAL	21

Fonte: Avaliação escrita dos professores.

Os resultados apontaram que 05 professores participantes citam a deficiência do currículo adaptado para os estudantes do AEE e com metodologia inadequada. Somente 03 professores tratam da importância das atividades de aprendizagem acontecerem quando se parte dos conhecimentos que os estudantes trazem de seu processo civilizador. Mais 03 professores tratam da importância do atendimento educacional especializado para a aprendizagem dos estudantes. Interessante é que 01 professor registra que a aprendizagem só acontece na sala regular, desconsiderando por completo todo o trabalho desenvolvido pelo espaço do AEE. Um outro professor registra que a aprendizagem acontece se houver amor e aceitação do “estudante do AEE”, apresentando uma visão piedosa (romantizada) do processo.

O relevante nas respostas dos professores é que apesar das divergências, todos acreditam que há um processo de aprendizagem nos estudantes com os quais trabalham. Esse fato nos parece ser uma implicação do atual estágio do processo civilizador na constituição de outro habitus na figuração escolar, uma

tentativa de escapar do movimento social estigmatizador da pessoa com deficiência.

Com as ideias do Volume I de “O Processo Civilizador”, percebemos a discussão da estigmatização social dentro de uma visão daqueles que mostram desprezo pelas outras pessoas (vergonha, repugnância) como se fossem menos capazes, por não atenderem a uma norma comportamental social pré-estabelecida como a única, a correta.

Ao trazermos a teoria para pensar na atualidade, um estudante com deficiência, com comportamento diferente daquele estabelecido como modelo correto também poderá ser discriminado. Ter nessas escolas professores que superem essa visão é de fundamental importância para o desenvolvimento desse estudante e para o surgimento e constituição de um novo habitus na figuração escolar. A constituição profissional de um outro modo de olhar, está relacionado às condutas pedagógicas cotidianas dos professores e, para tal, inferimos sobre a urgência de formação continuada, como ação para fomentar os conhecimentos científicos que por sua vez, podem possibilitar outros olhares para a prática docente e a diversidade da escola comum em nossa sociedade recente.

A condição de que o estudante aprende, nos parece sugerir que se avalie essa aprendizagem para o êxito da escolarização. Desejosos por saber como os professores percebem a necessidade de avaliação do desenvolvimento escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial, sistematizamos as respostas registradas em uma questão do documento de seleção que inferia sobre o acompanhamento pedagógico desses estudantes. Os dados serão apresentados no tópico seguinte.

A percepção do processo de avaliação, o estudante da educação especial e a figuração da escola comum

Enfatizamos que as ligações que ocorrem nas figurações, como: mudanças na estrutura da sociedade, no habitus e na constituição psíquica dos indivíduos, nos auxilia a compreender melhor as percepções que os professores têm sobre a avaliação do estudante deficiente, dentro do processo de inclusão escolar.

Para Elias (1990, p.13,14), a sociedade é concebida como um todo relacional; o social é concebido como um sistema de relações entre grupos e indivíduos de forma interdependente.

Nesse sentido, trazemos na tabela 3 a sistematização das percepções dos professores em relação à avaliação, nos indicando que há um outro habitus permeando a figuração escolar, resultante de uma interdependência entre o ato civilizador representado pela legislação atual e o movimento civilizatório gerado por este ato. Vemos um outro comportamento nos professores, quando observamos os dados da tabela e constatamos o reconhecimento do fato de que, para avaliar o estudante público-alvo da educação especial é necessário respeitar a sua singularidade, a sua condição humana e usar a metodologia adequada para tal.

Tabela 3 - Avaliação do estudante da Educação Especial

<u>COMO É FEITA A AVALIAÇÃO?</u>	CITAÇÕES
É feita a partir dos conteúdos trabalhados em sala de aula, com atividades adaptadas às necessidades especiais	01
A partir do Plano de Desenvolvimento Individual.	04
Deve ser organizada de forma diferenciada para atender o processo de desenvolvimento do aluno	03
Deve ser organizada a partir da singularidade e acompanhamento do processo de desenvolvimento do aluno.	01
Descontinuada, ao final do trimestre e em um modelo único para todos.	01
Avaliação contínua a cada avanço.	01
Classificatória feita a partir dos conteúdos trabalhados em sala de aula	02
A partir de um currículo adaptado.	02
Deve ser adaptada de acordo com a necessidade do aluno.	01
Qualitativa e contínua.	02
Valorizar o que o aluno já sabe.	01
Não fizeram referência	02
TOTAL	21

Fonte: Avaliação escrita dos professores.

A percepção dos professores em relação à avaliação, passa pelo modelo tradicional: 03 professores fazem este registro. No entanto, os dados trazem também atitudes que respeitam os estudantes a partir de suas diferenças. Nesse sentido, 13 professores afirmam atender as diferenças individuais dos

estudantes de forma alternativa à metodologia tradicional, 03 professores descrevem a avaliação como contínua e qualitativa, e 02 participantes não fazem nenhum registro sobre a avaliação.

Pelos registros sobre a avaliação, vemos que a perspectiva inclusiva permeia o trabalho desses professores. Há uma mudança de olhar epistemológico nesta ação. No entanto, como já dissemos anteriormente, no processo social as práticas coexistem dentro da mesma figuração. O que gera tensões e evidencia dilemas nesse processo.

Considerações Finais

Diante dos dados analisados consideramos que a educação especial foi marcada por mudanças significativas que podem ser entendidas, como movimentos figuracionais no âmbito político, econômico e social. Isso significa dizer que, no decorrer de 28 anos⁶, as políticas implementadas, ainda que de forma gradativa, se constituíram, e se constituem, em mecanismos que contribuem para o fortalecimento da educação numa perspectiva inclusiva.

Entendemos que estamos diante do desafio de construir possibilidades nas quais a educação especial venha a colaborar com a emergência de uma figuração escolar onde se naturalize um novo *habitus*: o respeito às diferenças singulares do indivíduo na prática pedagógica. Sendo assim, estaríamos vivenciando um momento do processo civilizador rico em divergências e dilemas que, mais do que estabelecer uma direção linear nesse processo, poderá seguir um curso, que não planejamos e do qual não sabemos o resultado.

Avaliamos, a partir da pesquisa que as percepções dos professores, ora demonstraram pensamentos tradicionais (que não colaboram com a perspectiva inclusiva), mas de forma concomitante e complexa, apontam também, para novas abordagens e visão de educação que se alinha com o discurso de uma educação inclusiva.

⁶ A contar da Promulgação da Constituição Federal de 1988.

Acreditamos que uma análise mais apurada das intenções políticas e ideológicas das agências internacionais que propuseram documentos e declarações legitimadoras de processos inclusivos, sob a denominação “escola para todos”, nos permitirá perceber que esses acordos tiveram desdobramentos e repercussões muito diferentes em cada realidade e em cada país signatário. Nesse sentido, vale considerar a força relativa dos indivíduos e das instituições nesse complexo processo inclusivo. Ainda que os planos e ações estejam muito claros no aqui e agora, seus desdobramentos resultam de um jogo social muito mais complexo.

É importante ressaltar que o ensino escolar se constitui no principal *ato civilizador* para a promoção da inclusão social. Diante dessa reflexão, consideramos que os estudantes com deficiências, assim como os demais, evidenciam a necessidade de serem percebidos nas suas especificidades. Daí a relevância da formação especializada do professor de modo a atender as diversidades. Atuando numa ou noutra direção, produzindo e legitimando alternativas para as necessidades e demandas reais, seguimos na história. Afinal, a história é sempre a história de todos nós. Elias, em suas obras, não nos deixa escapar a esse compromisso.

Referências

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

-----**O processo civilizador**. Vol. I: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

-----**Tecnização e Civilização**. In: Escritos & Ensaio. Rio de Janeiro: Zahar Ed.,2006. Disponível em <<https://books.google.de/books?id=-AFFoNG0mzUC&pg=PT203&lpg=PT203&dq=a>>. Acesso em 20 abril 2015.